

OAB diz que a nova Carta não vai durar

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

A revisão constitucional a resultar dos trabalhos do Congresso constituinte reunido no ano que vem dificilmente atravessará o ano 2000. Talvez não dure dez anos, devendo ser substituída moderada ou convulsivamente por outro texto, este sim gerado pelos anseios e necessidades da nação brasileira.

A previsão é do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta, que, mesmo frisando não possuir bola de cristal, não vê desdobramentos nem maiores nem permanentes na tarefa em que se lançará o novo Congresso, eleito em novembro e devendo funcionar como Assembléia Nacional Constituinte em 1987.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem posição clara a respeito: considera falho, incompleto e ilusório o trabalho de elaboração da nova Constituição, tal como se encontra rotulado. Não há mais nada que fazer para mudar esse roteiro — as coisas se passarão da forma engendrada pelas elites nacionais. Não nascerá uma nova Constituição acorde com as exigências da sociedade brasileira, mas apenas se promoverá uma revisão constitucional. O atual texto terá extirpados os excessos e as heranças da ditadura, ainda vigentes, bem como uma ou outra mudança periférica acontecerá nos capítulos da ordem econômica e social. Mas tudo ficará muito longe daquela carta exigida pela sociedade, capaz de representar alterações estruturais em nossas instituições.

Por isso, conforme Hermann Assis Baeta, as perspectivas não são promissoras. As exigências sociais continuarão e até se irão avolumar, com o passar dos anos. O Brasil formal da nova Constituição estará em confronto com o Brasil real dos referidos anseios e necessidades da maioria da população. Assim, a primeira etapa que ele imagina, a começar em 1988, será a da apresentação de múltiplas emendas à nova Constituição, propostas por segmentos parlamentares e até por partidos mais conscientes da realidade. Depois, a onda crescerá e, obviamente em data imprevista e dependente do imponderável, outra vez assistiremos a campanhas nacionais por uma Constituinte de verdade e por uma Constituição capaz de representar todo o meio social. Moderada ou convulsivamente, ele repete, o País enfrentará o impasse e, com ele, dias bastante tumultuados.

Essa impressão do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil é partilhada pelo constitucionalista Paulo Bonavides, que logo nos primeiros dias de sua designação renunciou à participação na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, dirigida por mestre Afonso Arinos. Também para ele, o processo em curso é elitista e só visa a compor molduras, sem atingir o cerne da questão.

Hermann Assis Baeta foi dos primeiros a denunciar a presente mecânica da elaboração constitucional e, agora, pta com satisfação recente entrevista do senador Fernando Henrique Cardoso, para

quem está armada uma farsa no País, pois as elites civis e militares acertaram, antes mesmo do evento da Nova República, um meio de não mudar nada de profundo em nossas estruturas. [Essa tese a Ordem dos Advogados do Brasil sustenta faz muito, tendo defendido, desde 1984, a imediata convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, desvinculada do Congresso atual e do futuro, em condições de passar o Brasil a limpo e de apontar rumos mais concretos para o futuro.] Por causa da pressão das elites, a idéia não foi considerada, nem sequer pelo então presidente eleito, Tancredo Neves. Ela implicaria a interrupção dos mandatos parlamentares, imediatamente promulgada a nova Constituição, bem como a plena e total soberania dos constituintes. Assistiu-se, então, a amplo acordo nacional, mas sem o povo. O Congresso, os integrantes maiores da Nova República e, sem dúvida, os representantes da velha acertaram a solução, afinal consagrada, de transformar o Congresso eleito em 1986 numa espécie de Assembléia Nacional Constituinte parlamentar, a prazo e sem ser soberana.

Tudo indica, para Hermann Assis Baeta, que a maioria dos eleitos em novembro próximo, consciente ou inconscientemente, vestirá o figurino. Serão promovidas reformas, é claro, e para melhor, mas as estruturas sociais vigentes não mudarão muito. Permanecerão ensejando a que os controles nacionais permaneçam nas mesmas mãos.

Evidência disso, para o advogado, tem sido o trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Mesmo sem mandato específico, ela prepara anteprojeto ou proposta de nova Constituição muito parecida com a atual. Sem deslizes jurídicos, sem autoritarismo institucional, mas, no reverso da medalha, sem reformas profundas nos planos social e econômico. O atual governo, dentro do mesmo interesse, certamente atuará para organizar bancadas majoritárias que sigam esse caminho. E o País permanecerá estruturalmente o mesmo.

Resultado, no entender de Hermann Assis Baeta: a sociedade reagirá. Novas campanhas populares ganharão as ruas, em momento por enquanto imperscrutável, quando os conflitos e os confrontos se acirram. E o ano 2000 não chegará sem mudanças que possam fazer da Nova República, versão atual, coisa do passado...

Em julho, em Belém do Pará, a OAB promoverá encontro nacional, tendo como tema o debate constitucional. Não é por conta dos maus presságios que a entidade deixará de colaborar e de contribuir para que, em 1987, sata um texto de nova Constituição o mais avançado possível. O anteprojeto ou proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais deverá ser entregue ao presidente José Sarney em poucas semanas. A OAB pretende debater-se nele, analisá-lo, criticá-lo ou elogiá-lo, se for o caso, participando assim do debate. Mas sabendo que o efetivamento necessário dá sinais de ficar para mais tarde. Antes da virada do século.

C.C.